

Título do artigo: Lições da Crise para uma teoria da formação de blocos econômicos. E uma pitada de Teoria dos Jogos e de Geopolítica.

Autor: Frederico Jayme Katz

8. Área Especial 1: Integração Latino-Americana

Resumo: Considerando-se que o MERCOSUL passa por um período que não é o de maior brilho em sua breve história, procurou-se reunir elementos de diversas fontes que pudessem apoiar e enriquecer uma discussão sobre integração Latino-Americana e, especificamente, sobre estratégias de formação e consolidação de blocos regionais. Trata-se de uma tentativa de colaborar com o que poderia ser referido como as ‘Teorias da Integração’, e com o melhoramento do projeto do MERCOSUL. Para tal, de saída reuniram-se elementos relevantes captados nas repercussões da Crise iniciada em 2007/8, em países da União Européia. Em seguida, fez-se uma breve incursão na Teoria dos Jogos para captar ferramentas de lógica, portanto não algébricas, em forma que já foi utilizada para o estudo de blocos regionais. Por fim, visita-se cautelosamente o mundo da Geopolítica, onde certamente encontram-se valiosas lições a serem aprendidas. A fusão destes pensamentos leva-nos a conclusão de que a consolidação do MERCOSUL não apenas é conveniente para o Brasil. É possivelmente indispensável como chave para abrir os caminhos para seu desenvolvimento.

Concorrendo para as Sessões Ordinárias

Lições da Crise para uma teoria da formação de blocos econômicos. E uma pitada de Teoria dos Jogos e de Geopolítica

Frederico Jayme Katz*

Iniciamos este texto reconhecendo que o momento atual do MERCOSUL, mais importante experiência de integração regional do Brasil, não é o de maior brilho em sua breve história. O bloco não chega a estar vivendo regressão em suas dimensões econômicas, mas, na verdade está muito menos presente que anos atrás nas discussões e na mídia em geral e, o que é pior, parece não gozar mais da passada posição de destaque no sonho dos que pretendem avanços importantes na América do Sul¹. No entanto, não obstante essa insatisfação, também nossa, em relação a aspectos do processo de consolidação do bloco, por entendermos que o MERCOSUL continua sendo um elemento crucial na estratégia de desenvolvimento futuro do Brasil, consideramos pertinente continuar a discutir este processo tentando contribuir para seu avanço. Para nós é claro que, no médio e no longo prazo, esta integração é a opção que tanto do ponto de vista do Brasil quanto no sentido regional e político é superior.

No sentido de procurar entender melhor e aperfeiçoar o processo de integração do MERCOSUL, decidimos dirigir a primeira sessão, a seguir, a um exercício que lida com elementos bastante concretos. É que a observação e a análise da crise iniciada entre 2007/2008, em suas repercussões sobre os países da União Européia (UE), parece, que podem fornecer indicações de elementos relevantes para a temática das estratégias de formação e consolidação de blocos regionais, particularmente para o MERCOSUL. Estas indicações, por exemplo, dizem respeito ao tema da escolha da modalidade de integração mais adequada para cada bloco, à questão do estabelecimento de uma moeda única para o bloco etc.. As lições da crise podem levar a impactos corretivos no que poderia ser referido como as ‘Teorias da Integração’.

No Item 02 tomamos a liberdade de abrir um parêntese para trazer à tona alguns resultados da utilização da Teoria dos Jogos para discussão do MERCOSUL. Isto prepara

* Universidade Federal de Pernambuco – Professor Aposentado – fredkatz@gmail.com. Agradeço aos comentários dos Profs. Tullo Vigevani, da Unesp, Hugo Agudelo da UEM e a José Oto Oliveira da Coonap, a uma versão anterior desta nota. Naturalmente as falhas existentes são de minha responsabilidade.

¹ Para confirmar, basta procurar informações no Google, ou ir direto a algum sítio institucional ou não, ligado ao tema, para notar que, além da questão da contratação de condições especiais com a União Européia, cujas negociações já se arrastam por cerca de dez anos, as chamadas referentes ao MERCOSUL são vasqueiras, e em boa parte já completaram aniversários.

para a ulterior utilização dos mesmos com o objetivo de basear a argumentação aqui exposta e defendida.

A terceira sessão é mais especulativa e traz a cena elemento indispensável a esta discussão. Ali consideraremos alguns aspectos da especial condição do Brasil, país de maior economia e mais elevado índice de desenvolvimento capitalista da América do Sul, no que diz respeito à problemática da integração regional. Tentaremos mostrar que a consolidação, ampliação e fortalecimento do MERCOSUL está para além de ser algo conveniente para o desenvolvimento capitalista do Brasil, sendo muito provavelmente uma condição quase *sine qua non* para que este processo prospere. Ao mesmo tempo, é interessante notar que o formato da política externa brasileira em relação aos parceiros do bloco, será um importante elemento na definição de quanto este desenvolvimento pode também ser muito benéfico para os mesmos.

No Item 04, de comentários finais, procuramos combinar os resultados dos itens anteriores. E, em uma perspectiva de Teoria da Integração, e da realidade do MERCOSUL, modificada pela entrada da Venezuela, e em face à maior aproximação do Peru, do Equador e da Bolívia, em paralelo com o avanço e amadurecimento de outras estruturas políticas Sul americanas, discutimos diretrizes e fatos da integração regional.

01 – A Crise e suas lições

A expressão Crise tem sido utilizada em situações as mais diversas. Surge como referência, desde a um problema restrito e localizado, como também, e esta é a dimensão em que nos interessa, a um impasse, falência, ou mesmo o ‘Crash’ de um regime. Assim, convém, antes de tudo, comentar o conceito, pois, as diferentes teorias existentes conduzirão a análises e perspectivas distintas ².

Constata-se que o regime capitalista apresenta, ao longo do seu desenvolvimento, uma sucessão de crises. A causa íntima de cada crise é a contradição, inerente ao regime, entre o movimento da produção, tornando-se cada vez mais social, e o da apropriação, tornando-se cada vez mais privada. Estas Crises, que podemos pensar como estruturais, surgem das entranhas do regime. Elas vêm à tona, se mostram concretamente, de formas variadas. Pode ser como Crises de Superprodução, de Desproporção entre os Departamentos I e II de

² Nesta sessão utilizamos, de forma parcial, alguns elementos de artigo anterior nosso, Katz, 2012, trazendo à tona características da situação atual.

Produção, de Mudança do Paradigma Tecnológico Dominante, de Escassez de Demanda Efetiva etc.³.

Além destas formas mais importantes, ocorrem Crises de outros tipos, que surgem, por exemplo, a partir de desastres naturais, de ações políticas (Secas, Crises do Petróleo) etc. Há também as Crises que têm origem em ações no mercado financeiro, entre outras as ‘Manias’.

Como se sabe, ‘Manias’ é o termo utilizado por Kindleberger para representar excessos especulativos. “What happens, basically, is that some event changes the economic outlook. New opportunities for profit are seized, and overdone, in ways so **closely resembling irrationality as to constitute a mania.**” Kindleberger (1988:5, ênfase nossa). Este autor cita trecho de Bagehot, economista do século XIX, que vale reproduzir:

“Much has been written about panics and manias, (...); but one thing is certain, that **at particular times a great deal of stupid people have a great deal of stupid money** (...) At intervals, from causes which are not the present purpose, the money of these people –**the blind capital**, as we call it, of the country– **is particularly large and craving; it seeks for someone to devour it, and there is a ‘plethora’; it finds someone, and there is ‘speculation’; it is devoured, and there is ‘panic’.**” (Walter Bagehot, “Essay on Edward Gibbon” *apud* Kindleberger, 1988:iv, ênfases nossas).

Tivemos diversas Crises do tipo ‘Manias’. São famosas, a ‘Tulipomania’, na Holanda no século XVII, e a ‘South Sea Bubble’ no século seguinte. Mesmo a Crise de 29 teve como coadjuvante uma ‘Mania Especulativa’ de terras na Flórida. De outra parte, o ‘Crash’ seria ‘a crise final’ do capitalismo.

O ‘Mainstream’ da Esquerda tem apresentado o fenômeno das Crises como momentos de **difículdade de realização**, de valor, de capital, de mercadorias etc. Por exemplo, Oliveira, 2009, Paulani, 2009 etc.. Sem dúvida, problemas de realização surgem ao longo das Crises, sem que sejam, sempre, a sua causa primeira. Entendemos que, no caso em foco, a impossibilidade de realização, na medida em que aconteceu, foi já uma consequência da crise e não sua causa deflagradora. Ainda, fatos afastam a hipótese do ‘Crash’ para o atual episódio, já que um dos países mais fortemente atingidos, a Islândia, vem se recuperando (Cf. eg. Safatle, 2012 e Santayana, 2012).

Para entender a realidade desta crise, convém lembrar que, por mais de vinte anos estivemos sob um esquema de poder mundial unipolar. E, durante os oito anos da

³ Ver Fine e Harris, 1979, Capítulo 5.

administração Bush II, o governo do país hegemônico foi controlado por defensores de uma versão radical de política econômica Liberal (PEL). Esta fatídica conjunção permitiu utilizações radicalizadas e distorcidas de instrumentos de PEL, e o abandono progressivo dos costumeiros controles públicos sobre o mercado financeiro. A dominação do ‘Fundamentalismo’ neoliberal criou uma verdadeira cortina de fumaça ideológica, sob a qual se imaginou a mítica operação de comportamento perfeito dos mercados que tudo equacionaria automaticamente. Esta conjunção, naturalmente, se traduziu em ação política e em mudanças/relaxamentos nas regulamentações, o que de fato significou um estado de promiscuidade que a ‘governança’ permitiu existir no mercado financeiro. Estava pronto o ambiente permissivo ideal para ‘Manias’.

Está correta a Teoria da Financeirização em relação ao fato de que o capitalismo entrou em uma fase em que o setor financeiro tornou-se muito forte, mesmo predominante ⁴. Houve, durante certo período, a concentração na busca pelos ganhos em atividades financeiras, e o aumento alucinante, na velocidade e na intensidade, da circulação financeira. Ocorreu também, a criação de ‘capital fictício’, representado por papéis, como os derivativos, fundos de ‘*hedge*’ e outros, muito distantes da economia real. Na verdade, de natureza similar a apostas em um cassino. Foram, a falta de transparência e controle, o descolamento do real, além das muito altas remunerações prometidas, que permitiram que o volume destes papéis crescesse em descompasso descomunal com a economia real. Assim, muitos destes papéis no mercado, por não terem valor intrínseco, são extremamente fungíveis, seus resgates dependendo da continuidade da ciranda, em condições de estabilidade muito delicadas. Estas distorções conferiram fragilidade ao mercado financeiro, **equivalente a uma verdadeira ‘Mania’**, nos termos de Kindleberger, que ficou à espera da criança que gritasse ‘O Rei está nu’ para que a bolha estourasse. **A crise das hipotecas americanas fez o serviço.**

Assim, a existência no mercado financeiro de um gigantesco volume de ‘papéis podres’ gerou uma grave contradição entre os possuidores destes papéis, que querem fazer com que o fictício se torne real, e terceiros que temem receber este tipo de ‘bem’. Na continuidade, a crescente conscientização em relação a este quadro conduziu a uma enorme instabilidade do sistema, por conta das dificuldades em relação às expectativas dos valores dos ativos. Deflagrada a crise, a mesma tornou-se elemento paralisante do trajeto para a

⁴ Referimos neste trabalho à ‘Teoria da Financeirização’, tal como exposta por Chesnais e por seus seguidores brasileiros, por exemplo, em Chesnais, 2005.

recuperação. Enquanto esta questão não for efetivamente enfrentada, e a maior parte deste ‘lixo tóxico’ destruído, não se pode dizer que a crise está superada. **Vê-se assim que o entendimento da crise que aqui se apresenta, caracteriza-a como uma gigantesca ‘Mania Especulativa’ devida, em última análise, a excessos de Política Econômica Liberal.**

Portanto, neste respeito, nosso entendimento acerca da crise é distinto do da Teoria da Financeirização, que, em algumas versões, imagina já ver o “Fim da História”. Esta postura equivocada certamente não estimula a realização de exercícios de análise em direção ao enfrentamento da crise. Diferentemente, apostamos na possibilidade de sua superação, mais ainda, nos marcos do Capitalismo. Assim, é necessário então continuar discutindo o presente para que o futuro não seja uma inesperada surpresa.

Passa-se agora a referir a algumas das lições que esta Crise traz para a discussão sobre a integração regional. Vale dizer, inicialmente, que vem à tona uma constatação geral, também pertinente a outras discussões econômicas, de que **a proposta liberal**, baseada na ideia de que o livre funcionamento dos mercados conduz a economia de forma perfeita, **recebeu um enorme golpe**; assim, tal credo perde, a nosso ver, a possibilidade de continuar se apresentando como uma ‘verdade absoluta’.

Outra observação relacionada é que entre os fanáticos pelo credo liberal, e isto é certamente verdade para outros credos, alguns não são tão fanáticos. Veio da maioria dos seus líderes a proposta de que, agora sim, o Estado intervenha. Será que os princípios que constituíam as ‘leis econômicas mais naturais e justas’ mudaram? Certamente que não. O que há é que, como em outros episódios, o discurso se distingue das ações de ordem prática toda vez que interesses poderosos estão em jogo. Surgiram assim, e foram concretizadas, propostas de injeções de recursos públicos em áreas com problemas financeiros. Isto tem se constituído em uma nova estupenda redistribuição de riqueza em favor dos mais ricos. Em resumo, **esta Crise é uma verdadeira denúncia e, ao mesmo tempo, o testemunho explícito da mais fragorosa derrota deste distorcido liberalismo, o neoliberalismo.**

Mais diretamente em relação à questão da integração regional, algumas lições devem ser apropriadas. A primeira é que a dominação do fundamentalismo Liberal espalhou-se pelo mundo, e no caso da União Européia influenciou fortemente desde suas decisões iniciais. **Por ocasião do Tratado de Maastricht, a legítima preocupação com a homogeneização dos países membros apontou, equivocadamente por estas razões ideológicas, para que se adotasse a decisão de ter como alvo central de déficit, o máximo de 3,00%. Já as**

desigualdades entre os países, por exemplo, em níveis de desenvolvimento em geral e, especialmente, em competitividade, ficaram a espera da primeira grande Crise para cobrar sua conta.

A segunda observação diz respeito ao fato de que, se por um lado enfrentamos na América do Sul grandes dificuldades trazidas pela Crise, confirmou-se a tese de que **o MERCOSUL se constitui em um apoio para seus membros em circunstâncias como estas**. Isto se deu pela facilitação de transações com certa independência das moedas fortes internacionais e, o mais importante, no aspecto crucial naquele período mais crítico, certa reserva de mercados. Estes fatos devem estimular a continuidade da luta pela consolidação, manutenção e, dizendo melhor, expansão do Bloco.

Porém, para que esta empreitada tenha chances de sucesso, deve-se também atentar para o que se viu que é problemático, e procurar trilhar caminhos diferentes. E, alguns obstáculos sérios foram expostos pela atual Crise no âmbito da União Européia (UE). Convém discuti-los.

Como afirmado, mesmo no caso deste Bloco maduro, a UE, sua constituição envolveu um **conjunto heterogêneo** de países, em termos de desenvolvimento capitalista. Para evidenciar esta afirmação é suficiente tomar-se informações de países, escolhendo casos extremos para facilitar a visualização. Os dados desta primeira Tabela foram colhidos no ‘World Economic Outlook’, do FMI, na base de dados de outubro de 2013, referem-se ao ano de 2012 e são já valores definitivos. Os dados apresentados estão arredondados. A população está expressa em milhões de habitantes, o PIB per Capita PPP em milhares de dólares americanos, e o PIB PPP e o PIB, em bilhões de dólares americanos.

Tabela 01 Dados Básicos

Países	População	PIB per Capita PPP	PIB PPP	PIB
Alemanha	81,9	38,6	3.167	3.429
Grécia	11,3	24,2	274	249
Portugal	10,6	23,0	244	212

Observa-se, inicialmente, que a população alemã é cerca de seis vezes maior que a dos outros dois países. Mas, o que é realmente importante notar, é que em relação ao PIB per Capita (PPP) a diferença é de cerca de 50%, o que já é uma diferença significativa. Mas, com portes populacionais tão distintos, o PIB (PPP) já se apresenta maior na ordem de dez (Grécia) e doze (Portugal) vezes. Afastando-nos da observação em PPP, onde o custo de vida em cada país interfere, naturalmente, estas proporções aumentam no PIB, respectivamente, para doze e quinze vezes. Se juntarmos estas informações com a observação que colhemos em FMI, 2008, de que os indicadores de competitividade, no período 2001/2006 são, para Alemanha 5.7, Grécia -1.7 e Portugal -4.2. FMI, 2008:9, se pode afirmar que **este conjunto de informações atesta a heterogeneidade entre os países, referida acima.**

Cada país encaminha seus negócios independentemente, por exemplo, suas exportações e importações etc., constituindo, cada um, seus números específicos de Contabilidade Social. Para se ter uma idéia das discrepâncias observe-se alguns dados do comércio externo destes países na Tabela 02 adiante. Os valores dos saldos em Conta Corrente foram colhidos no ‘World Economic Outlook’, do FMI, na base de dados de outubro de 2013, referem-se ao ano de 2012 e são já valores definitivos. Todas as outras informações foram obtidas no ‘CIA World Factbook’, no mês de março de 2014. São dados estimados para 2013 ⁵. Todas as informações estão em bilhões de Dólares.

Tabela 02 Comércio Externo

Países	Exportação	Importações	Saldo BC	Saldo CC
Alemanha	1.493	1.233	260	238
Grécia	30	51	(21)	- 8
Portugal	61	59	2	- 3

O saldo da Conta Corrente alemã foi neste ano quase igual a todo o PIB Grego e maior que o de Portugal ⁶. Isto não chega a ser uma surpresa em face da heterogeneidade

⁵ Como veremos adiante, a evolução destas variáveis obedece a certo padrão, de forma que a utilização, neste ponto, de dados estimativos, não distorce o sentido da realidade.

⁶ Todos com dados de 2012.

mostrada antes. Enquanto isto, os dois pequenos participantes do ‘free trade’ da UE fazem saldos de CC negativos e de BC ínfimos ou negativos.

Ora, como estes países deficitários estão atados ao Euro, não ocorre um movimento de desvalorização de sua moeda, que poderia ajudar na direção de re-equilibrar o saldo de sua CC ou pelo menos da BC. Ao contrário, em função exatamente da Alemanha, e de outros países que tem grandes saldos positivos de CC, o Euro é relativamente estável e forte, tornando as compras na região do Euro, inclusive de serviços e turismo, caras. Certamente muitos elementos definem as relações cambiais de uma moeda, mas, entre outros certamente estará o saldo da CC. No caso então, a Grécia e Portugal não podem, como muitos outros países, beneficiar-se de desvalorizações cambiais para reequilibrar sua CC ⁷.

Interessante observar que os dados estimativos da CWF para 2013, em bilhões de Dólares, mostram que os seis países da Europa que obtiveram maior saldo positivo nas CCs, foram a Alemanha 257, a Holanda 83, a Noruega 67, a Suíça 66, a Suécia 39 e a Dinamarca 20. Só a Alemanha e a Holanda têm o Euro como suas moedas. A Suíça tem seu Franco e os outros, cada um tem sua própria ‘Coroa’. Ao mesmo tempo, note-se que entre os países da Europa que utilizam a moeda comum o Euro, a França, com o 2º maior PIB PPP 2.273, e a Itália, com o 3º PIB PPP 1.805, têm, respectivamente, o 187º (47.300) e o 149º (2.400) saldos de CC, considerados todos os países do mundo, e estes saldos são ambos negativos.

A posição relativa das CCs dos três países, no ano de 2012, mostradas na Tabela 02, não é algo eventual. Os dados são compatíveis com a série, e apresentam processos de círculos virtuosos, ou viciosos, de créditos, ou déficits, de CC. Vê-se na Tabela 03, abaixo, a sucessão de valores que, conforme o caso, é sistematicamente positiva, ou negativa, para os três países em foco. Estes valores dos saldos em Conta Corrente estão em bilhões de Dólares americanos. Foram colhidos no ‘World Economic Outlook’, do FMI, na base de dados de outubro de 2013, referem-se ao ano de 2012 e são já valores definitivos.

⁷ Em determinado momento a Argentina, seguindo a orientação do FMI à época, lançou-se em armadilha similar ao declarar a paridade Peso vis a vis o Dólar americano.

Tabela 03 Saldos de CCs Países

Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Alemanha	182	248	226	197	207	224	238
Grécia	(30)	(45)	(51)	(36)	(30)	(29)	(8)
Port.	(22)	(23)	(32)	(26)	(24)	(17)	(3)

Estas coleções de valores dos saldos de CCs dos países contribuem para definir a dimensão da ‘Dívida Geral Líquida dos Governos’, como percentual dos PIBs ⁸. Podemos apreciar a situação observando a Tabela 04, adiante, cujos dados foram retirados do ‘World Economic Outlook’, do FMI, na base de dados de outubro de 2013. As informações até o ano de 2012 já são valores definitivos e, para 2013 temos uma estimativa feita pela equipe do FMI que incluímos na tabela para dar o sentido da continuidade.

Tabela 04 Dívidas dos Países como percentual do PIB

Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alemanha	53	51	50	57	56	55	57	56
Grécia	107	107	112	129	147	168	155	173
Portugal	59	64	67	80	90	98	112	118

Vemos que a crise afetou a saúde financeira dos três países. Porém, enquanto os números da Alemanha sobem de patamar, mas, visivelmente estacionam cerca de 10% acima do nível da dívida pré-crise, os outros países podem ainda estar em trajetória ascendente. Sendo que no caso da Grécia a dívida já cresceu cerca de 60% e para Portugal quase 100%. **Estes números confirmam a tese de que a crise causou importantes repercussões econômicas na UE.**

⁸ Esta dívida, naturalmente, foi alimentada por outros elementos além dos déficits de CC. Segundo Udry, 2010, o seu agravamento deveu-se, em boa parte, as benesses da PEL em relação aos tributos sobre o Capital.

Por fim, mas não menos importante, a CIA World Factbook, pelas informações de março de 2014 em valores estimados para 2012, mostra que no caso da Alemanha, as reservas em moedas estrangeiras e ouro eram de 249 bilhões de Dólares americanos, enquanto que a dívida externa era de 6 bilhões de Dólares americanos, menos de 3%. Para a Grécia estes números eram, respectivamente, reservas 57 e dívida 567, cerca de 900%, e, para Portugal, reservas 23 e dívida 508, portanto, cerca de 2.100%. Não resta dúvida de que a situação dos países caminhou para condições dramaticamente distintas.

Nesta situação de desigualdade, e sem que outros mecanismos re-equilibradores funcionem, pode-se dizer que a Moeda Única pode vir a ser um problema fatal para a economia de alguns países de um Bloco, pondo em risco a própria continuidade do mesmo⁹.

Outra conclusão a se extrair diz respeito ao tema das trajetórias das estruturas dos Blocos. No passado, diversos analistas entendiam que o conjunto de formas de organizar um Bloco poderia ser ordenado, da situação de menor para a de maior integração, e que trilhar esta sequência seria melhorar as condições do Bloco e que, portanto, estes avanços deveriam ser buscados e apressados¹⁰. À luz dos fatos acima, porém, pode-se dizer que uma ‘Teoria da Integração’ deve abandonar estes entendimentos em favor de outro, de que **as formas de integração devem ter seu andamento compatibilizado com as características econômicas, sociais e políticas dos países membros e não seguir, açodadamente, um roteiro pré-determinado**. Isto porque, de um modo geral, existe grande heterogeneidade entre os países, no que diz respeito a estas características, e ignorar esta diversidade, pondo-se a todos juntos na mesma corrida, pode por em risco o equilíbrio do Bloco. O objetivo primeiro deve ser trabalhar as desigualdades.

No momento em que a tentativa de unificação das Constituições dos países da União Européia falhou, uma luz vermelha de alerta indicou o possível abismo a frente. Pois, o processo de unificação nacional brechado resultou em **um Bloco com uma moeda única, com**

⁹ Acerca da introdução do Euro, moeda única do bloco, diz Husson, 2010: “La opción por la moneda única no estaba motivada por sus supuestas ventajas. La estabilización de las tasas de cambio habría podido obtenerse por dispositivos menos rígidos que permitieran reajustes periódicos. El Euro há servido sobre todo para imponer La disciplina salarial: puesto que era ya imposible jugar con la tasa de cambio, el salario se convertia en la única variable de ajuste.”

¹⁰ Muito comum é a apresentação dos formatos como fases naturais na evolução de um processo. Seriam cinco as etapas de uma integração econômica, que ocorreriam em uma sucessão onde gradativamente o processo se aprofundaria. São as etapas: a Zona Preferencial de Comércio, a Zona de Livre Comércio, a União Aduaneira, o Mercado Comum e a União Econômica e Monetária, Cf. Ginesta, 1999.

um só Banco Central limitado a questões referentes a esta moeda, mas, com diversos Estados, cada qual com seu Tesouro Nacional.

Adicionalmente, constatamos que a Crise, que quando explodiu não era menos grave nos EUA do que na UE, foi manobrada no primeiro para recompor um nível de atividades muito mais rapidamente ¹¹. Enquanto isso, a UE até hoje sangra. É que nos EUA havia unidade de ação do capital sob um único Estado. Estes são fatos para não esquecer.

02 – Elementos não quantitativos da Teoria dos Jogos para apoiar o MERCOSUL

Em trabalho anterior, Katz et al, 2008, procuramos utilizar elementos lógicos, não algébricos, da Teoria dos Jogos para analisar o MERCOSUL. Com o passar do tempo, algumas das conclusões a que chegamos se mostraram absolutamente corretas. A situação atual as proclama válidas e ainda mais urgentes. Portanto, consideramos legítimo resgatar o que há de essencial naquele exercício, no sentido de nos apoiar na atual discussão.

Afirmávamos então que, desde os seus primórdios, o MERCOSUL se caracterizava por ter uma estrutura Bipolar. Continha dois países de pequena dimensão econômica, em relação aos outros parceiros, enquanto que entre os outros dois maiores, embora um seja bastante maior que o outro, não há nem econômica nem historicamente possibilidade de imposições. Mais precisamente, o que tem existido é uma tradição de rivalidade que ainda habita o imaginário de muitos na região, e que só recentemente vem dando espaço a uma colaboração mais produtiva. Ao mesmo tempo, a saída de qualquer um destes dois maiores faz com que a consolidação de um bloco com o conjunto remanescente, praticamente, perca qualquer significado. Assim, tinha-se que Brasil e Argentina polarizavam as discussões e assistia-se a crises constantes no funcionamento do bloco. Analisando essas crises, foi possível constatar que, como cada um dos dois países maiores é indispensável para a constituição do bloco, os mesmos adquirem poder de veto que podem utilizar, mesmo que só como uma ameaça implícita, todas as vezes que o processo toma um rumo que os desagrade.

Como mostrou nossa análise detalhada em, Katz et al 2008, que utilizou ferramentas da Teoria dos Jogos, **esta configuração da correlação de forças do bloco, bipolar, certamente era, e ainda é, uma das causas da dificuldade de consolidação de nosso bloco**

¹¹ Nível de atividade sofrível, e utilizando o conhecido caminho perverso de socializar boa parte das perdas através do Estado, ou seja, pondo os custos na conta de toda a sociedade.

¹². Então, identificamos um tipo de jogo, o chamado ‘Jogo Simples’, onde Brasil e Argentina seriam os ‘Veto Players’, como um modelo que pode ajudar a entender parte das dificuldades de consolidação do MERCOSUL. Esta percepção levou-nos, na ocasião, como um dos resultados do exercício, **a propor a ampliação do conjunto de países membros do MERCOSUL, como forma tentativa de atenuar estes obstáculos de origem estrutural.**

Dessa maneira, se trataria de tentar envolver mais países da América do Sul, todos se possível, nos entendimentos visando formar amplo bloco de cooperação econômica para ganhos mútuos ¹³. Mesmo assim, e da mesma forma que ocorre na UE, haverá países que são bem maiores que os outros. Mas, o resto do conjunto ainda seria suficiente para viabilizar a formação do bloco, mesmo que ocorresse a retirada de um destes maiores. Isto diminuiria o poder isolado do Brasil e da Argentina, o poder de veto, e poderia facilitar a superação dos impasses. Evidentemente, os pesos econômicos destes dois países continuariam sendo expressivos, no entanto, seja do ponto de vista econômico ou político, as démarches seriam mediadas por uma participação, e mesmo pressão, maior do conjunto dos países menores, fazendo pesar os custos políticos de obstaculizar o processo ¹⁴.

Outro resultado observado é que, para que o bloco se constitua e tenha estabilidade, é indispensável que todos os parceiros ganhem com a mesma ¹⁵. Portanto, a fórmula de um projeto de integração regional, para se viabilizar e se manter, precisaria dispor de elementos que garantissem a adesão firme de todos os países, incluindo os menores e ou os de economia mais frágil. Ou seja, que estes tenham certeza de que também ganham com a participação no bloco. Para tal, em um ambiente de livre comércio, só é possível evitar que alguns sejam sempre, ou eventualmente, perdedores se for construído algum tipo de mecanismo que

¹² Mesmo que pesando algo menos, ainda é parte importante do problema.

¹³ Quando se discute as vantagens para os países que se integram em blocos, verifica-se que mesmo a literatura mais tradicional já apresentava fortes argumentos neste sentido. Há referências às (1) economias de escala, a (2) intensificação da concorrência que experimenta um mercado mais ampliado, a (3) atenuação dos problemas de balança de pagamentos por facilitar o acúmulo de moeda forte, a (4) melhora no poder de barganha em relação a países de fora do bloco, os (5) estímulos ao crescimento advindos da própria integração etc., Tames e Huerta, 1999:213.

¹⁴ Na idéia de reforçar as relações Sul-Sul, poderiam ser recebidos países de outros continentes, com o cuidado de não incluir outros possíveis ‘Veto Players’.

¹⁵ Em linguagem de Teoria dos Jogos, dir-se-ia que, para que o bloco se constitua e tenha estabilidade o mesmo precisa ser um ‘Ótimo de Pareto’ (Critério de Pareto). Ou seja, um arranjo onde o somatório dos resultados dos participantes seja positivo e, para cada componente a mudança melhor, pelo menos não piore, sua situação.

administre esta relação e, quando necessário, redistribua resultados de forma a tornar o arranjo atrativo para todos ¹⁶.

A consideração conjunta das lições da Teoria dos Jogos, com as de Desenvolvimento Econômico, envolvendo os mundos das Relações Econômicas Internacionais e da integração regional, levou-nos ao que talvez tenha sido nosso mais importante resultado, que é **indispensável estabelecer estrutura supranacional, para garantir que haja redistribuição dos frutos da integração e mais equilíbrio nas relações, de forma a beneficiar todos os países envolvidos** ¹⁷.

Dada a sua importância repetimos: é absolutamente crucial o estabelecimento de um sistema de compensações laterais, que poderão assumir formas diversas. Isto significa a criação de entidades técnicas supranacionais que teriam várias missões. Deveriam controlar o bom funcionamento das regras ajustadas e, sobretudo, gerir as compensações. Isto é indispensável.

O fundamental é que se atente para esta necessidade de garantia de obtenção de vantagens para todos. Caso não se cuide desta condição, fica muito fácil, para qualquer país interessado em perturbar o processo, a propositura de outra Coalizão, que poderia, até, ser com só um país de nosso grupo, através de um simples acordo bilateral, e desequilibrar o arranjo. Mais sobre este importante aspecto no Item 03.

Nos últimos anos pouca melhora se registrou na estruturação do MERCOSUL. Estas sugestões não convenceram, ou sequer alcançaram os que decidem ¹⁸. Não fosse a bem vinda e importante entrada da Venezuela, estaríamos aproximadamente na mesma situação. Apenas este ingresso não resolve plenamente o problema dos impasses devido à correlação de forças

¹⁶ Mais uma vez, em linguagem de Teoria dos Jogos, trata-se do ‘Princípio da Compensação’.

¹⁷ Mais ainda, na ocasião dissemos que seria desejável praticar algo como uma Política Industrial do Bloco, apoiando os países menores a obter “Retainable Industries”. Gomory e Baumol, 2000, referem-se assim a tipos de indústrias que, devido às suas características, poderiam ser mantidas por países pequenos, mesmo em ambiente internacional competitivo, e que seriam importantes vias de acesso ao desenvolvimento. Se a Suíça tem a Nestlé, porque a ‘Conaprole’ do Uruguai não pode vender para todo o subcontinente?

¹⁸ Na realidade, sugestões de personalidades muitíssimo mais representativas, nestas mesmas linhas, não foram seguidas. Supõe-se ser esta a explicação por trás da renúncia do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães ao posto de Alto Representante Geral do MERCOSUL em 2012. Ressalte-se que o mesmo continua sua atuação como defensor e analista do MERCOSUL.

¹⁹. Mas, a mudança milita na direção adequada, tornando um pouco mais difícil os vetos. E que venham novos parceiros.

Afirmamos que as promessas de ganhos econômicos para todos do Bloco tem que existir para que sua consolidação seja atrativa. Mais que isto, a proposta de integração regional necessita estar ancorada em uma ideia/preensão maior. Em relação a este ponto, há algo em comum entre os países do subcontinente, que é o desejo e necessidade de fazer avançar o processo de desenvolvimento econômico. Daí dizermos então em Katz et al, 2008, que uma das possíveis vantagens da integração regional seria o **apoio mútuo para o desenvolvimento**, proposta relacionada com o item (5) da lista de Tamanes e Huerta, 1999 ²⁰.

Nesta mesma direção, Rodrigo Otávio postou na Carta Maior em 15 de agosto de 2012 que, na opinião de Guimarães, o “Mercosul deve ser agência de desenvolvimento”. Nas palavras do Embaixador:

“Há a necessidade que o Brasil, que tem um grande banco de desenvolvimento e grandes empresas estatais, assuma suas responsabilidades no bloco. Em segundo lugar é preciso que se modifique e se transforme o Mercosul em uma agência de desenvolvimento, que se leve em consideração que há países em relações aos quais há necessidades de se fazer grandes investimentos,” Guimarães, 2012-a.

Se o Brasil, à medida que impulsiona seu desenvolvimento, avança na direção de exercitar uma política mais de visão de futuro do que simplesmente ‘generosa’ ou ‘solidária’, ou mesmo de olhar só seus interesses menores e imediatos, os benefícios de seus progressos financeiros e ou tecnológicos, podem se estender aos parceiros regionais. A ‘redistribuição dos frutos da integração’, como referida por Tamanes e HGuerta, 1999, ou os ‘esquemas de compensações internas’, Katz et al, 2008, poderiam ser veículos para o ‘apoio mútuo para o desenvolvimento’. Neste sentido os ‘Pagamentos Laterais’, além do objetivo primeiro de

¹⁹ Em relação a esta dificuldade vemos que atualmente, considerado o quarteto original do MERCOSUL, o Brasil representa 79% da economia do Bloco e a Argentina 17,5%, enquanto que a soma dos dois menores não chega a 4%. Ou seja, cada um dos dois maiores seriam indispensáveis. Com a entrada da Venezuela a participação brasileira cai para 70%, a da argentina para pouco menos de 16%, ficando a ingressante com quase 12% e os dois menores com 2%. Esperemos que, com a entrada de outros países Sul Americanos no bloco isto seja apenas o início da erosão da posição dos veto players. Tomamos os números estimados para o PIB dos países em 2013 colhidos no ‘World Economic Outlook’, do FMI, na base de dados de outubro de 2013, para indicar seus pesos econômicos.

²⁰ A ideia mantém-se hoje, sendo que algo reformulada, mais radicalizada. Expressando que, ‘os países necessitam da existência do bloco para poder empreender, com melhores chances, seus processos de desenvolvimento’.

compensação, deveriam atender a um viés desenvolvimentista. Por exemplo, financiar obras de infra-estrutura e outras que facilitem o comércio intra-bloco e de exportação, e ou o apoio à consolidação da capacidade de inovação e modernização dos parceiros. Já se registraram iniciativas deste tipo, é necessário multiplicá-las ²¹. Ao mesmo tempo, o Bloco certamente será um fator crucial de apoio a esta travessia brasileira para o desenvolvimento, devido à existência de imensas possibilidades de complementaridade entre os países membros, além do guarda chuva dos países para proteger das provocações desestabilizadoras. Mais sobre isto na sessão seguinte.

03 - O Brasil e o aspecto Geopolítico da Integração Regional no MERCOSUL.

Como afirmado na abertura deste trabalho, no que diz respeito ao MERCOSUL, apesar de seus resultados econômicos apenas manterem-se em patamares consistentes, o mesmo não avançou significativamente e não está vivendo seus 15 minutos de sucesso, nem mesmo como tema de discussões. Mas, por razões já antecipadas, iremos contra a corrente tentando contribuir para manter a discussão acerca do aperfeiçoamento do nosso bloco. Para tal exporemos a seguir um elemento estratégico da questão que precisa ser mais enfatizado.

Subscrevendo a validade dos argumentos de Tamanes e Huerta, 1999, procuraremos neste item contribuir envolvendo elementos de outra natureza, de Geopolítica. De saída reconhecemos a ousadia da tentativa, já que a matéria é de outra área que não a economia. Mesmo assim discutimos o assunto, pois, neste campo vem à tona elemento que não deve estar ausente desta discussão. Para tornar esta ousadia um pouco menos arriscada e leviana, cautelosa e humildemente, procuramos seguir de perto as indicações de preciosos orientadores.

No que diz respeito à atitude do Brasil em relação ao MERCOSUL, grosso modo, podemos destacar três tipos de posicionamento. O primeiro, referido como ‘padrão neoliberal de desenvolvimento’, na expressão de Martins, 2005, defende a ‘integração produtiva’ ao mercado internacional, naturalmente com a aceitação ilimitada das regras do ‘livre’ comércio (free trade) ²². Algo como teria sido a adesão ao NAFTA, se tivesse sido possível, ou a

²¹ Para apresentar só dois exemplos, lembramos a linha de transmissão de Itaipu para Assunção e o melhoramento do fornecimento de energia elétrica no Uruguai. Fora do MERCOSUL, houve a ponte do Brasil para a Guiana Francesa, e outra iniciativa que gerou grande repercussão, o caso do Porto de Mariel em Cuba.

²² Neste sentido, mesmo autores, de formação Neoclássica, como Gomory e Baumol, 2000 e Stiglitz 2001, já há muitos anos denunciaram a falácia da apresentação da proposta de ‘free trade’ como algo vantajoso para todos os

ALCA, ou ainda um acordo bilateral profundo com os EUA ²³. Nesta trajetória, o Brasil esqueceria o projeto de participar em um bloco e procuraria seu caminho sozinho. Não se pense que esta idéia aparece aqui apenas como uma hipótese teórica ou para efeito retórico. Concretamente, como denunciado por Beinstein, 2010, no episódio das eleições presidenciais daquele ano, alguns analistas envolvidos com o tema e com a campanha de determinado candidato até propuseram que, devido a esta possibilidade, o Brasil se desobrigasse das alianças regionais e partisse para um ‘vôo solo’.

Para preencher o espectro lógico das possibilidades, consideremos um segundo tipo de posicionamento, que prescreveria para o Brasil tentar seu desenvolvimento sem vinculações a blocos e sem a ‘integração produtiva’. Nesta hipótese individualista, que a estas alturas talvez nem mais fosse possível, estaríamos no pior de dois mundos. De um lado não contaríamos com o agrado do ‘hegemon’, e com eventuais benesses da submissão ²⁴. Por outro lado, em qualquer eventualidade, teríamos que enfrentá-lo sozinho, sem a companhia de aliados ²⁵.

A terceira possibilidade, pela qual até então optamos, ressalta as vantagens econômicas e políticas para o Brasil de desenvolver-se em conjunto com um bloco regional, apoiando-se em argumentos na linha da contribuição de Tames e Huerta, 1999. Mas, além destes aspectos, **há outro ponto a considerar** que, mais que somar-se às vantagens descritas, praticamente leva-nos a ver o caminho da integração como uma opção obrigatória. **Trata-se da visão geopolítica predominante nos EUA acerca do Brasil.**

Fiori tem contribuído para apontar esta perspectiva. O importante alerta que faz, começa por apresentar um panorama amplo e prospectivo de nosso continente:

“Tudo indica que os Estados Unidos serão o principal contraponto da política externa brasileira, dentro do Hemisfério Ocidental, durante o século XXI. E quase ninguém tem dúvida, também, que os EUA seguirão sendo, por muito tempo, a principal potencia militar, e uma das principais economias do mundo. Por isto é fundamental compreender as configurações geopolíticas

países. Isto para nem referir aos trabalhos de heterodoxos como Chang, com “Kicking away the ladder” de 2003 e “Bad Samaritans – The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism” de 2008.

²³ Os resultados para o México, de sua participação no NAFTA têm sido muito mal avaliados. Como exemplo, citamos duas matérias recentes, “México conta poucos ganhos com Nafta”, Stevenson, 2014 e “O Nafta espalha a fome no México” Blanch, 2013.

²⁴ Como sempre migalhas.

²⁵ Lembrar o item (4) da lista de Tames e Huerta.

da região, e a estratégia que orienta a política hemisférica norte-americana, deste início de século.” Fiori, 2014-a.

Em seguida, o autor lembra contribuições de Nicholas Spykman, estrategista holandês que se fixou nos EUA, e que ainda no início da década dos 40 produziu trabalhos que continuam a influenciar a política externa daquele país até nossos dias. Para Spykman o conjunto de países da América do Norte, mais os do istmo centro-americano, mais os do Caribe, a Colômbia e a Venezuela, é percebido como pertencendo a uma área “onde a supremacia dos EUA não pode ser questionada. Para todos os efeitos trata-se um mar fechado cujas chaves pertencem aos EUA o que significa que ficarão sempre numa posição de absoluta dependência dos EUA” (Spykman, p: 60, apud Fiori, 2014-a) ²⁶.

Para os países ao sul do primeiro conjunto, a preocupação e o “principal objetivo estratégico foi sempre impedir que surgisse um polo alternativo de poder no Cone Sul do continente, capaz de questionar a sua hegemonia hemisférica.” Fiori, 2014-a. Para tal, muitas ações aconteceram, incluindo acordos e colaborações militares. Fiori chama ainda a atenção para a reação a rejeição da ALCA em 2005 afirmando que “Não existe uma relação mecânica entre os fatos, mas chama atenção que pouco depois desta rejeição, os EUA tenham reativado sua IV^a Frota Naval, com objetivo de proteger seus interesses no Atlântico Sul.” Fiori, 2014-a.

Mas, não se pense que ideias na linha de Spykman foram esquecidas no século XX. Em artigo ainda mais recente, Fiori, atualiza a análise afirmando:

“Em grandes linhas, foi a visão estratégica de Nicholas Spykman, formulada na década de 1940, que orientou a política externa dos EUA, para a América do Sul - democrata e republicana - durante toda a segunda metade do século XX. Nesse período, só Henry Kissinger teve - dentro dos EUA - uma visão geopolítica do mundo tão ampla e inovadora, mas apesar disso, ele não mudou uma vírgula, com relação à visão hemisférica de Spykman.” Fiori, 2014-b.

E, esta abordagem geopolítica estaria ainda bastante influente, sendo que, em relação à América do Sul, com severos olhos em relação à formação de blocos ou de “pólos alternativos de poder no Cone Sul do continente”. Como prova, o autor refere a um livro de Kissinger, 2001, e afirma:

²⁶ Uma visão que parece similar a da Rússia em relação à Criméia.

“Chama atenção, de novo, nesse livro, sua posição com relação à América do Sul: para Kissinger, o continente sul-americano segue sendo - no novo século - uma “zona de influência” onde os EUA não podem admitir nenhum tipo de contestação à sua supremacia estratégica e econômica. Da mesma forma que no século anterior, só que agora, a grande ameaça à supremacia americana já não vem do comunismo, vem do “populismo autoritário”, e do “nacionalismo” dos governos que rejeitam as propostas norte-americanas de integração econômica, do tipo ALCA, na década de 90, e do tipo Aliança do Pacífico, nos anos mais recentes. Ou seja, desse ponto de vista dominante nos EUA, nesse momento, todos os governos da América do Sul representariam uma ameaça aos interesses norte-americanos, que deve ser contida e derrotada, com exceção da Colômbia, do Peru, e do Chile.” Fiori, 2014-b.

Outros autores apresentam entendimento semelhante. Por exemplo, Samuel Pinheiro Guimarães, em matéria organizada por Mário Augusto Jakobskind, publicada no BRASIL DE FATO, em 17 de julho de 2013, afirma: “... sobretudo os Estados Unidos têm interesse em enfraquecer e mesmo liquidar o bloco regional integrado pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e mais recentemente a Venezuela.” Guimarães, 2013-a. Este mesmo autor, em matéria do dia 27 de julho de 2013 afirma:

“Assim, a estratégia americana tem tido como resultado, senão como objetivo expresse, impedir a integração da América do Sul e desintegrar o Mercosul através da negociação de acordos bilaterais, incorporando Estado por Estado na área econômica americana, sem barreiras às exportações e capitais americanos e com a consolidação legal de políticas econômicas internas, em cada país, nas áreas de propriedade intelectual, compras governamentais, defesa comercial, investimentos, em geral com dispositivos chamados de OMC – Plus, mais favoráveis aos Estados Unidos do que aqueles que conseguiram incluir na OMC, que, sob o manto de ilusória reciprocidade, beneficiam as megaempresas americanas, em especial neste momento de crise e de início da competição sino-americana na América Latina.” Guimarães, 2013-b. Ênfase nossa.

Na sua época Spykman fez até referências explícitas a necessidade de guerra, em caso de ações de grandes países da América do Sul que ameaçassem a hegemonia americana no sul do continente, Fiori, 2014-a. Mas, seria ceder a elucubrações, na linha das ‘Teorias da Conspiração’, afirmar hoje em dia que há grandes chances do governo dos EUA, de Barack Obama, desencadear uma guerra contra o Brasil. Mesmo com outro governo é difícil visualizar esta guerra em médio prazo. A História, porém, gosta de nos surpreender.

De toda forma, mesmo sem chegar a uma guerra, a questão é séria e merece toda consideração. Há muitas coisas que podem ser feitas no sentido de ameaçar nosso caminho de desenvolvimento, e ou de, no mínimo, dificultá-lo, tentando empurrar-nos, meio a força, para o caminho da ‘integração produtiva’. A reativação da IVª Frota, que já entrou para nossa História no episódio do golpe de 1964, é um fato, mesmo que apenas simbólico. Mas, adiciona-se o caso da Aliança do Pacífico, que está em processo de consolidação e é algo atual e concreto, que deve ter uma leitura cuidadosa.

Sader, 2014, fornece informações relativas à Aliança do Pacífico que alimentam este sentimento. Interpreta seu lançamento como sinal da insatisfação, e reação, dos EUA à liderança brasileira na América Latina. E, é concebível que, mesmo com baixo grau de paranóia, analistas dos EUA possam ser levados a acreditar que o MERCOSUL, especialmente o Brasil, esteja “a questionar sua hegemonia hemisférica”. O caso do porto de Mariel em Cuba que só pôde ser concretizado porque contou com importante ajuda de um país que atingiu elevado nível econômico, tecnológico e de liderança na região, é suficiente para tal ²⁷.

Diz Sader, 2014, sobre a Aliança do Pacífico:

“Há um grande lobby midiático internacional – em que o grupo espanhol Prisa, que publica El País, desempenha um papel motor – que, incomodado com o sucesso dos governos progressistas latino-americanos e para defender os interesses das grandes corporações internacionais na região, busca fazer dos seus sonhos realidade. A Aliança do Pacífico seria o setor dinâmico da América Latina e, como corolário, o México e não o Brasil, seria o grande líder continental.”

E segue:

“Nunca os EUA estiveram tão isolados na América Latina. Além da formação de espaços que os excluem, não tiveram apoio político para aventuras bélicas, como a invasão do Iraque, de governos da região.” Sader, 2014.

Então, os EUA está lançando a Aliança do Pacífico na tentativa de recuperar e tornar efetiva sua intenção geopolítica para o continente:

²⁷ Almeida, 2014, analisa as repercussões da inauguração deste porto na visão de cubanos. Dois destaques: “Mariel, uma bofetada no bloqueio” e, conseqüentemente, “Jamais os imperialistas vão perdoar Lula e Dilma”.

“Como correlato à tentativa de projetar a Aliança do Pacífico está a não menos difícil tentativa – em que se esmera particularmente El País – de promover o México como líder e país de referência na América Latina, no lugar do Brasil.” Sader, 2014, ênfase nossa.

A Aliança do Pacífico visa sim o comércio, mas, não é só isto. Fica clara a jogada inteligente e insidiosa contida neste projeto. Os EUA, ao invés de fazê-lo diretamente para evitar qualquer exposição e confrontação, lança um preposto na rinha. Será **o México**, que além de tudo é um país Latino, que **irá desafiar nossa coalizão**. Urge transformá-lo em líder da América Latina. A este país serão ofertadas boas condições para que possa propor, além da própria Aliança do Pacífico cantada em prosa e verso, atrativos para outras coalizões, na forma de acordos bilaterais ou outros, para prejudicar a nossa, o MERCOSUL. Hipótese aventada no Item 02.

Este conjunto de fatos e esta interpretação levam a construção das ideias força deste Item. Isto é, que a opção da ‘integração produtiva’ não ajuda a atingir nosso desenvolvimento pleno e, de toda forma, seria um caminho muito sofrido. Por outro lado, do Brasil, vemos que a existência do MERCOSUL nos é muito benéfica. Ao mesmo tempo, temos a geopolítica dos EUA pretendendo dificultar, ou mesmo bloquear, a liderança brasileira no Sub Continente, e tentando destruir nosso bloco, porque considera que esta situação é danosa para seus interesses. A conclusão natural é então que, **a consolidação do MERCOSUL não apenas é conveniente para o Brasil. É possivelmente indispensável como chave para abrir os caminhos para seu desenvolvimento.**

04 – O Jogo do MERCOSUL em Ação

Certamente, as sugestões da sessão 02, como a integração tomada como um processo que envolva ‘Compensações Laterais’, o apoio ao desenvolvimento, assim como a posição de liderança, têm custos. No entanto, certamente pode mais que compensar pelos resultados positivos. É de se esperar que os países maiores assumam que, devido a seus portes, e posições de liderança, lhes será demandado mais iniciativa e, pelo menos de saída, contribuições maiores ²⁸. A crise não serve como desculpa para a inércia nesta direção, até porque, é empreendendo que se ajuda a superar a mesma.

²⁸ Infelizmente, no dizer de um dos mais importantes pensadores da questão da integração regional:

“... há uma compreensão deficiente ou, talvez melhor, insuficiente, nos dois principais países da América do Sul, quanto à urgência e à prioridade da construção de um processo político e de instituições de integração que permitam o firme desenvolvimento econômico e político regional a partir do Mercosul.” Guimarães, 2012-a.

Esta questão dos recursos tem sido apresentada como uma barreira intransponível, em virtude das dificuldades pelas quais realmente passam os países da região. Naturalmente, não vamos oferecer detalhes e tentativas de quantificações. Entretanto, do ponto de vista de porte, já vimos que quantias de dimensão praticamente desprezíveis para o Brasil, por exemplo, podem ser suficientes para que países menores superem problemas cruciais. Ademais, a forma como o apoio, deste tipo, ou de outros, pode ser feito poderá até, de forma mais imediata e concreta, trazer resultado de dinamização para a economia do provedor. Também, certamente se conseguiria recursos de órgãos de financiamento internacional para a montagem geral dos projetos e, também, para obras que envolvessem o interesse de grupos de países da região. Isto sem falar no setor privado, onde se apresentam empresas que tem experiência, capacidade administrativa e técnica, assim como credibilidade internacional, que permitirem o desenvolvimento de importantes empreendimentos. Neste caso, havendo um suporte legal internacional e garantias de diversos países, muitas outras destas obras poderiam sair da imaginação e transformar-se em realidade.

Não se imagina que o Estado brasileiro tome para si todas as responsabilidades. Mas, não adianta tergiversar: o Brasil pode, e deve assumir, em conjunto com os que amadurecerem para tal, iniciativas para fazer avançar e se consolidar o processo referido. Nosso país deve entender que o tamanho de nosso esforço, e o nosso tamanho mesmo, terminarão sendo proporcionais aos resultados que poderemos obter, que poderão e deverão ser também positivos para os nossos parceiros.

As observações geopolíticas, como as da sessão 03, se somam a esta análise. Na medida em que o Brasil avança no processo de fuga do Subdesenvolvimento, o país atrairá outros fortes ataques competitivos. Portanto, defende-se aqui que o Brasil mostre desprendimento para segurar e ampliar o bloco, e sua posição dentro do mesmo e disponha-se a sacrifícios para que o processo de integração siga adiante. Se o país não compreender a importância de fazer concessões em prol da consolidação da integração, há o risco de isolamento que seria muito danoso para o próprio processo de desenvolvimento. Ademais, um MERCOSUL pela metade, definitivamente estagnado ou decadente seria o pior dos cenários.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Almeida, 2014 “O porto de Mariel, Brasil, Cuba e o futuro do socialismo”. In carta Maior, 28/01.
- Beinstein, Jorge 2010 “Serra contra o Mercosul: o auge das direitas loucas na América Latina”. In Carta Maior, 03 de maio.
- Blanch, H. L. 2013 “O Nafta espalha a fome no México”. In Carta Maior, 23 de janeiro.
- Chang, Ha-Joon 2003 “Kicking Away the Ladder”. Londres: Anthem Press.
- Chang, Ha-Joon 2008 “Bad Samaritans – The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism”. Nova Iorque: BloomsburyPress.
- Chesnais, F. 2005 “A Finança Mundializada” (Org.) São Paulo: Boitempo Editorial.
- CIA World Factbook 2012 – WWW.cia.gov/library/publication/the-world-factbook.
- Fine, B. e Harris L. 1979 “Rereading Capital”. Londres: The MacMillan Press Ltd.
- Fiori, J. L. 2014-a “O Brasil, os EUA e o hemisfério ocidental” in Carta Maior, 31/01.
- Fiori, J. L. 2014-b “Brasil, Estados Unidos e hemisfério Ocidental (2)” in Carta Maior, 27/02.
- FMI 2008. “France, Greece, Italy, Portugal, and Spain— Competitiveness in the Southern Euro Area”. In IMF Country Report No. 08/145 2008 International Monetary Fund April 2008.
- FMI 2013. “World Economic Outlook” October.
- Ginesta, J. 1999 “El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional: una introducción.” Ed. UFRGS, PAlegre.
- Gomory, R. E. e Baumol, W. J. 2000 “Global Trade and Conflicting National Interests.” The MIT Press, Cambridge.
- Guimarães, S. P. 2012-a “Mercosul deve ser agência de desenvolvimento.” Matéria postada por Rodrigo Otávio no Carta Maior em 15 de agosto.
- Guimarães, S. P. 2012-b “O Mercosul, a América do Sul e o Mundo.” Carta Maior, 07 novembro.
- Guimarães, S. P. 2013-a “Mercosul desagrada interesses dos Estados Unidos.” Matéria postada por Mário Augusto Jakobskind, no Brasil de Fato em 17 de julho.
- Guimarães, S. P. 2013-b “Mercosul, a nova ALCA e a China.” Publicado no Boletim CUT de 22 de julho.
- Husson, M. 2010. “Unión Europea – Refundación o caos”. In www.vientosur.info. Março.
- Katz, F. J. et al 2008 “MERCOSUL: Mudanças Necessárias”. FASA, Recife.
- Katz, F. J. 2012. “Crise, subdesenvolvimento e integração”. In “Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI”. Ingrid Sarti, Daniela Perrota, Mônica Leite Lessa e Glauber Cardoso Carvalho (Orgs.) E-book, Vol. 1, PerSe, Rio de Janeiro.

Kindleberger, C. P. 1988. ““Manias”, panics and crashes””. Basic Books, New York.

Oliveira, C. “Crise Financeira?” 2009.

In <http://razaoecritica.blogspot.com/2009/04/chico-de-oliveira-e-atualidade-do.html>.

Kissinger, H. 2001. “Does America Need a Foreign Policy”, Simon&Schuster, New York. Apud Fiori, 2014-b.

Martins, C. E. 2005. “Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina” in “La economía mundial y América Latina” Org. Jaime Estay Reyno, Clacso, Buenos Aires.

Paulani, L. “Marx, as crises e a “desregulamentação financeira”” 2009. In www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=15992.

Sader, E. 2014, “A Aliança do Pacífico, uma Alternativa?” in Carta Maior, 26/02.

Safatle, V. 2012. “Um País Estranho”. In Folha de São Paulo, 23 de Outubro.

Santayana, M. 2012. “O Referendum Islandês e os Silêncios da Mídia.” In carta Maior, 21 de outubro.

SEPLA 2012 (Sociedad de Economía política y de pensamiento crítico de América Latina) “Declaración de Puerto Príncipe”. Ao final do oitavo colóquio, 11 a 14 de setembro.

Spykman, N. 1942, “America’s Strategy in World Politics”, Harcourt Brace and Company, New York. Apud Fiori, 2014-a.

Stevenson, M. 2014 “México conta poucos ganhos com Nafta”. In Valor Econômico, 06/01.

Stiglitz, Joseph E. 2001. Foreword in “Polanyi, K. The Great Transformation”. Beacon press, Boston.

Tamames, R. e Huerta, B. G. 1999. “Estructura Económica Internacional.” Alianza Editorial, Madrid.

Udry, Charles-André 2010. “En relación a la ‘deuda griega’ y a la de los “países del Sur”. Correspondencia de Prensa, março.